

FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS GOIANOS NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA

*Tarcísio Rodrigues Botelho**

RESUMO

Este trabalho enfoca um grupo de quatro localidades espalhadas por toda a antiga província de Goiás. O levantamento das suas populações, realizado em princípios do século XIX, produziu listas contendo nome, idade, cor e estado conjugal da população livre e a condição social de toda a população, dividida segundo o domicílio. Procuo caracterizar a sua população e analisar seus domicílios, percebendo em que medida o sexo de seus chefes influenciaram seu perfil.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, demografia histórica, Brasil.

ABSTRACT

This work focuses on a group of people from four little villages in the old Province of Goiás. The survey made in the beginning of the 15th century listed name, age, skin color, marital status (of free population) and social condition of all population according to the domicile. I seek to characterize this population and analyze his household in order to grasp in which measure the sex of the householders influenced his profile.

KEYWORDS: gender, historical demography, Brazil.

* Professor do Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades e do Curso de História da PUCMinas. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Introdução

A compreensão da família no passado brasileiro muito tem se favorecido com as pesquisas de cunho demográfico. Tem-se buscado articular as variáveis demográficas com o estudo dos grupos domésticos, tomando-se o domicílio como unidade de análise principal. Tais estudos de domicílio são importantes porque permitem articular variáveis de dimensões “macroscópicas” com comportamentos “microscópicos”, ou seja, tornam possível passar de grandes variáveis demográficas para a observação de pequenos grupos humanos e até mesmo de indivíduos. Esta perspectiva é favorecida pela ocorrência relativamente comum de um tipo de documentação que viabiliza tal tipo de análise, quais sejam, as chamadas listas nominativas de habitantes.¹

No Brasil, a existência de vastos conjuntos documentais desta natureza permitiu a confecção de importantes estudos sobre São Paulo, Paraná e Minas Gerais.² Dentro dos avanços obtidos por esta historiografia, destaca-se o entendimento da posição feminina

¹ Este é o tipo de fonte privilegiada, por exemplo, por parcela importante da historiografia inglesa sobre família; veja-se: LASLETT, Peter, WALL, R. (eds.). *Household and family in past time*. 2 ed., Cambridge: 1974. (1 ed.: 1972).

² Dentre outros, cita-se: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1973; da mesma autora: *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000; GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora, Paraná: 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): 297-314, mai./ago. 1987; do mesmo autor: Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 8(16): 161-188, mar./ago. 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1996, dentre outros. Em SAMARA, Eni de Mesquita, COSTA, Iraci del Nero da. *Demografia histórica, bibliografia brasileira*. São Paulo: IPE/USP, 1984, encontra-se um balanço dos estudos de demografia histórica, embora se encontre defasado em função dos amplos avanços na última década. Para análises críticas da produção da área de demografia histórica no Brasil, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira neste final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 14 (1/2): 125-143, jan./dez. 1997; NADALIN, Sérgio Odilon. A propósito de um balanço da demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 14 (1/2): 145-149, jan./dez. 1997; e, MOTTA, José Flávio, COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 14 (1/2): 151-157, jan./dez. 1997.

dentro do domicílio. Assim, foi possível resgatar o importante papel exercido pelas mulheres em amplos setores da sociedade brasileira do passado, abandonando-se de vez a visão reducionista que via a condição feminina aferrada ao estereótipo da mulher passiva, submissa e totalmente dependente do homem.³

Entretanto, estes estudos encontram-se bastante concentrados na região Centro-Sul. Favorecida tanto pela riqueza de fontes quanto pela concentração de pesquisadores, esta região é razoavelmente conhecida e explorada no que tange à compreensão da família, do domicílio e da mulher no seu passado. Assim, urge investigar melhor outras regiões do país, a fim de ampliar as possibilidades de análises comparativas, de fundamental importância nesta área de estudo. O propósito deste trabalho é, pois, contribuir para o conhecimento de uma região ainda pouco explorada pelos estudos desta natureza, qual seja, a antiga província de Goiás. Para tanto, apresento de início uma panorâmica da população goiana nos séculos XVIII e XIX a fim de situar a conjuntura da independência, momento que privilegiei neste estudo, como instante de inflexão de tendências seculares do povoamento goiano. Em seguida apresento as fontes utilizadas e mostro as localidades enfocadas no estudo. Finalmente, são discutidas as evidências obtidas acerca dos domicílios goianos nas localidades escolhidas, numa abordagem que privilegiará a compreensão da presença feminina à frente de tais famílias.⁴

³ SAMARA, Eni de Mesquita. *Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil no contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Tese (Livre-Docência - História), USP, 1994; e, da mesma autora: *A família no Brasil: história e historiografia*. *História Revista*, Goiânia, II (2): 7-21, jul./dez. 1997, trazem balanços acerca dos estudos de família e de gênero no Brasil.

⁴ Adverte-se que família e domicílio estão sendo tomados como sinônimos, embora se reconheça que nem sempre o sejam. Para estudos preocupados com a determinação de variáveis demográficas, a família buscada é, sobretudo, o grupo determinado por parentesco biológico; este é o foco, por exemplo, dos estudos de reconstituição de família, cuja metodologia é descrita em HENRI, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988. No caso deste meu estudo, a preocupação é, sobretudo, com a família enquanto grupo de produção e consumo; neste caso, busca-se observar os grupos de coresidência. Este é o foco, por exemplo, de: LASLETT, P., WALL, R., op. cit.; SMITH, Richard M. (comp.). *Land, kinship and life-cycle*. Cambridge: 1984, esp. p. 1-86; e, SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulhe-*

A população goiana nos séculos XVIII e XIX

A ocupação inicial do território goiano pela população de origem portuguesa deu-se basicamente em função da mineração aurífera. Muito embora já fosse cortado por expedições exploratórias, somente a partir da descoberta do ouro em 1726 houve o estabelecimento de moradores e do aparato administrativo português na região. Durante os 50 anos seguintes, Goiás assistiu à repetição de eventos ocorridos nos descobertos auríferos de Minas Gerais e de Cuiabá com a “corrida do ouro” levando contingentes significativos de homens de todas as origens e estratos sociais interessados nas promessas de enriquecimento rápido. A mineração determinou um povoamento marcado pela urbanização, especialmente ao sul da capitania, nas vizinhanças da Vila Boa de Goiás e no caminho de São Paulo, e ao norte, na região do Rio Tocantins. O declínio da mineração, e em especial a partir de 1770, levou à transição para a agropecuária como atividade dominante, moldando um perfil que sofreria transformações apenas no século XX. Era uma agricultura de abastecimento pouco mercantilizada, onde apenas o arroz assumiu alguma importância ao sul da província. A grande atividade era mesmo a pecuária, geradora de um produto que transportava a si próprio: o gado bovino.⁵

res, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

⁵ Sobre a mineração e a ocupação de Goiás, ver: PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822*. 4. ed., Goiânia (GO): Editora da UCG, 1994; do mesmo autor: *Os três povoamentos de Goiás. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia (GO), ano 7, nº 8, p. 81-95, 1979; SALLES, Gylka V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia (GO): Editora da UFG, 1992; e, BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia (GO): Oriente, 1978. Sobre o século XIX, são especialmente interessantes: FUNES, Eurípedes. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, Goiânia (GO): UFG, 1986; TIBALLI, Elianda F. A. *A expansão do povoamento em Goiás, século XIX*. Goiânia (GO), Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 1994; e, ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *Estrutura fundiária em Goiás*. Goiânia (GO): Editora da UCG, 1993. Uma análise do período de transição da mineração à agropecuária abordando um núcleo urbano (Meia Ponte) pode ser encontrada em: COSTA, Lena C. B. F. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978. Para um balanço da historiografia sobre Goiás, ver: CHAUL, Nasr

As transformações econômicas encontram paralelo no evoluer da população goiana ao longo do período. A primeira referência pode ser buscada nos registros da cobrança da capitação da década de 1730. Neles, encontra-se um total que oscila entre 10.265 cativos em 1736 e 12.498 em 1738 nas minas de Goiás, cerca de uma década após os primeiros descobertos auríferos. Em 1741 e 1742, o total de escravos na capitação foi de mais de 15 mil, passando a 17.154 em 1749. O crescimento anual fora de 5,59% entre 1738 e 1742, e de 1,33% entre 1742 e 1749. Considero legítimo supor que a população livre, neste período de auge da mineração, deveria atingir no máximo metade e no mínimo um terço da população total. Assim, pode-se afirmar que viviam em Goiás entre 15 mil e 26 mil pessoas na segunda metade dos anos de 1730, e entre 25 mil e 34 mil pessoas em 1749. (Tabela 1).

Tabela 1: População segundo a condição social, Capitania de Goiás, 1736-1749.

ANO	Escravos				Livres				Total		Cresc.
	N	%	%	(Hipótese 1)	(Hipótese 2)	N	N	N	N		
		(Hip. 1)	(Hip. 2)	N	%	N	%	(Hip. 1)	(Hip. 2)	Anual	
1736	10263	50,0	66,7	10263	50,0	5132	33,3	20526	15395		
1737	13151	50,0	66,7	13151	50,0	6576	33,3	26302	19727		
1738	12498	50,0	66,7	12498	50,0	6249	33,3	24996	18747		
1741	15321	50,0	66,7	15321	50,0	7661	33,3	30642	22982		
1742	15628	50,0	66,7	15628	50,0	7814	33,3	31256	23442	5,59	
1749	17154	50,0	66,7	17154	50,0	8577	33,3	34308	25731	1,33	

Obs.: A taxa de crescimento anual foi calculada entre os anos de 1738 e 1742 e de 1742 e 1749.

Fonte: Salles, Gilka V. F de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia (GO): CEGRAF/UFG, 1992. p. 275.

Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia (GO): Editora da UFG, Editora da UCG, 1997.

A partir de meados do século XVIII, inicia-se a decadência da mineração aurífera, com o esgotamento de muitas minas e a diminuição no ritmo dos novos descobertos. Em princípios da década de 1780, o governador Luís da Cunha Menezes registrou uma população que se aproximava dos 60 mil habitantes. Tomando-se por base a maior estimativa de população em 1749 (34.308 pessoas), a região teria crescido a uma taxa anual de 1,61% nos 34 anos até 1783; caso se tome a estimativa mais conservadora para 1749 (25.731 habitantes), Goiás teria crescido anualmente 2,45% até 1783. Cerca de duas décadas depois, em 1804, Goiás recuava para um conjunto de 47 mil moradores, dos quais 40% eram escravos. O recuo de 1% ao ano refletia, seguramente, os anos difíceis vividos após a crise da mineração.⁶ Este deve ser entendido como o período de ajuste às novas bases econômicas, citado acima. Nas décadas seguintes, esta transição parecia estar se dando com sucesso, pois em 1825, já na conjuntura da independência política brasileira, a população retomava ao nível da década de 1780 graças a um crescimento de 0,91% ao ano. Ao longo do período imperial, o ritmo de crescimento seria ainda mais acentuado: mais de 2,4% ao ano entre 1835 e 1856, cerca de 1,7% ao ano daí até 1873. Típico deste ajuste parece ter sido, também, o recuo da participação dos cativos na população total, que passa de 40% em 1804 para menos de 20% em 1832 e 10% em 1856. Em 1873, os escravos eram apenas 6,6% da população goiana, o que a situava como a quinta menor proporção de escravos entre as províncias brasileiras (Tabela 2).

⁶ O total aqui apresentado diverge de outras fontes, que dão um total de 50.447 habitantes, porque optou-se por excluir Desemboque. As fontes do século XVIII, apresentadas por PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822*, op. cit.; PALACIN, L., GARCIA, Ledonias F., Amado, Janaína, *História de Goiás em documentos*: I. Colônia, Goiânia: Editora da UFG, 1995; e, principalmente, SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, não citam esta região. Em 1816, esta região foi transferida para Minas Gerais. Assim, para garantir a comparabilidade dos dados, é necessário excluir Desemboque da estatística populacional de 1804, única em que a região aparece.

Tabela 2: População segundo a condição social, Capitania e Província de Goiás, 1781-1872.

ANO	Livres		Escravos			Total		
	N	%	Cresc.	N	%	Cresc.	N	Cresc.
			Anual			Anual	Anual	
1781							58829	
1783							59287	0,39
1804	28465	59,75		19179	40,25		47644	-0,99
1825	44361	76,83	2,11	13375	23,17	-1,72	57736	0,91
1832	55232	80,64	3,13	13257	19,36	-0,13	68489	2,44
1856	109658	89,89	2,86	12328	10,11	-0,30	121986	2,41
1872	149843	93,36	1,95	10652	6,64	-0,91	160495	1,71

Fonte: Palacin, Luis. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822*. 4 ed. Goiânia-GO: Editora da UCG, 1994. p. 69. Botelho, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado - História Social)

Acompanhando tais transformações, a população cativa também modificou seu perfil. A predominância masculina que havia no princípio do século XIX foi progressivamente substituída por um maior equilíbrio entre os sexos, com a razão de sexos passando de 150 em 1804 para 102 em 1873.⁷ Em geral, pode-se supor que áreas de grande atração populacional tendem a conhecer um predomínio de homens, pois são os solteiros do sexo masculino que migram com mais freqüência. Com relação à população escrava, a forte seletividade do tráfico, que valorizava os homens jovens, sempre provocou enormes distorções na distribuição por sexos deste contingente em áreas abertas ao tráfico atlântico ou ao tráfico interno. Assim, esta evidência indica um enfraquecimento do tráfico de escravos para Goiás, com a reposição do seu contingente cativo podendo estar se dando graças à reprodução natural.⁸ Mesmo entre os livres, o balanço entre sexos também se transformou,

⁷ A razão de sexos é obtida dividindo-se o número de homens pelo de mulheres. Em uma população fechada, que não esteja sofrendo os efeitos de migrações, seus valores podem variar entre 96 (pequeno predomínio de mulheres, o mais comum) e 102 (pequeno predomínio de homens).

⁸ Exemplos de estudos que tendem a relacionar o maior equilíbrio entre sexos com a ocorrência de processos de reprodução natural são, dentre outros: PAIVA, Clotilde

havendo uma inversão no que se observava até princípios do século XIX. Se em 1804 e em 1825 os homens eram franca minoria (razões de sexos de, respectivamente, 85 e 79), a partir da década de 1830 observa-se um maior equilíbrio, que perdurará até pelo menos 1872 (razões de sexos em torno de 100) (Tabela 3). Provavelmente, este comportamento dos livres reflete uma diminuição da saída de homens, que agora poderiam continuar na província dadas as novas oportunidades econômicas.

Tabela 3: População por sexo e condição social, Capitania e Província de Goiás, 1804-1872.

ANO	Livres			Escravos		
	Homens	Mulheres	Razão de Sexo	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
1804	13096	15369	85	11493	7686	150
1825	19518	24843	79	7329	6046	121
1832	27854	27378	102	7216	6041	119
1856	54168	55490	98	6413	5915	108
1872	74968	74875	100	5372	5280	102

Fonte: Botelho, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado - História Social)

A combinação entre maior crescimento populacional, diminuição proporcional da população escrava, arrefecimento do tráfico e maior equilíbrio de sexos entre livres revela-nos que a província de Goiás estava alcançando um novo ponto de equilíbrio nas suas bases econômicas. A agropecuária, sua nova atividade central, estava certamente conseguindo fixar novos habitantes. Por outro lado, esta era uma atividade que se baseava, sobretudo, na mão-de-obra livre, gerando uma relativamente precoce transição para o trabalho livre.⁹

A., LIBBY, Douglas, GRIMALDI, Márcia, Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. *IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1988, p.11-32; GUTIÉRREZ, H., op. cit.; e, BOTELHO, Tarcísio R., Famílias e escravarias: família e demografia escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e Família*, São Paulo, 1(1): 211-34, jan./jun. 1998.

⁹ Sobre a caracterização da economia goiana no século XIX, ver FUNES, E., op. cit.

É importante salientar, para meus propósitos específicos, que as décadas de 1810 e 1820 parecem ser centrais no que diz respeito às transformações sofridas pela região. Elas assistem ao fortalecimento da nova economia goiana, marcando profundamente as décadas seguintes. A conjuntura da independência, portanto, é um momento privilegiado para observar o que acontecia com os goianos. E isto é especialmente interessante se podemos lançar este olhar sobre suas famílias e seus domicílios.

O Governador de Armas e as listas nominativas de habitantes de Goiás

A conjuntura política que marca o período da independência brasileira foi, em Goiás, especialmente conturbada. Rebeliões, sedições e movimentos separatistas seguiram-se em ritmo frenético até que em princípios de 1823 o governo imperial nomeou o Coronel Raimundo José de Cunha Mattos para o Governo de Armas de Goiás, com o intuito de ver controlada a situação nesta província.¹⁰ Cunha Mattos nascera na cidade de Faro, em Portugal, em 2 de novembro de 1776, e entrou ainda jovem, aos 14 anos, para a carreira das armas. Teve uma rápida ascensão na hierarquia militar graças aos inúmeros cargos que assumiu nas ilhas de São Tomé e Príncipe (onde residiu por 18 anos), na Corte do Rio de Janeiro e em Pernambuco. Em 1819, após fazer parte de expedição a Pernambuco em 1817, foi nomeado vice-inspetor do arsenal do exército na Corte e deputado da junta da fazenda do mesmo arsenal. Em fevereiro de 1823, passou para a província de Goiás como comandante de armas, regressando em 1826 como seu deputado à Assembléia Geral. Neste mesmo ano foi elevado a brigadeiro, marchando logo depois para o Rio Grande do Sul por requisição do comandante em chefe do exército do

¹⁰ Para um relato da conjuntura política goiana no momento da independência, ver MOREYRA, Sérgio Paulo, O processo de independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 251-282.

sul, marquês de Barbacena. Em 1831, era novamente inspetor do arsenal de guerra na corte, quanto passou para a Europa, acompanhando o ex-imperador D. Pedro I. Retornando da Europa em 1833, foi nomeado vogal do supremo conselho militar e de justiça, sendo promovido em setembro de 1835 ao posto de marechal de campo graduado.

Ao lado desta carreira militar, Cunha Mattos desenvolveu também uma série de atividades intelectuais. Organizou um *Repertório das leis militares* e um *Projeto de ordenanças militares*. Publicou um diário do sítio da cidade do Porto, a qual defendeu ao lado de D. Pedro IV (Pedro I, no Brasil), e a memória de sua viagem da Corte à província de Goiás. Ao final da vida, em 1838, era sócio correspondente do Instituto Histórico da França, da Sociedade Real Bourbônica e da Academia Real das Ciências de Nápoles, secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Rio de Janeiro, e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como um dos signatários, ao lado do cônego Januário da Cunha Barbosa, da petição inicial que lançou a idéia de constituição deste Instituto sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Cunha Mattos foi destacado para a seção de geografia, ocupando sua vice-presidência. Entretanto, veio a falecer poucos meses após a instalação do Instituto. Por seu falecimento, deixou inéditos vários trabalhos, alguns dos quais vieram a ser publicados pela revista do Instituto, como a *Corografia histórica da Província de Goiás* e a *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*.¹¹

¹¹ Os dados biográficos de Raimundo José da Cunha Mattos foram obtidos em: Necrologia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2 ed., Rio de Janeiro, Tomo I, 1º Trimestre, 1839, p. 72-6; e, BELLEGARDE, Sargento-Mor Pedro de Alcântara. Elogio historico do fallecido vice-presidente o Marechal Raymundo José da Cunha Mattos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2 ed., Rio de Janeiro, Tomo I, 4º Trimestre, 1839, p. 283-90. Dentre as obras de Cunha Mattos, destaco: *Corografia histórica da Província de Goiás*. Goiânia (GO): Sudeco, Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo de Goiás, 1979; e, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1984.

A *Corografia histórica da Província de Goiás* foi confeccionada com base nas informações obtidas por Cunha Matos durante o exercício do seu governo. Como todas as obras desta natureza, bastante abundantes no Brasil do século XIX, traz uma mescla de informações históricas e geográficas, com relatos das diversas localidades e dos acidentes geográficos mais significativos. No caso da corografia de Cunha Matos, ela assemelha-se a um relato de viagem, pois muitas das localidades descritas foram de fato visitadas por ele nas expedições que realizou por todo o território goiano.¹²

Dentre as inúmeras ações empreendidas por Cunha Mattos na busca da consolidação do governo brasileiro em Goiás, destaque, para o nosso caso, o seu empenho em obter informações acerca do território sob sua direção. A própria *Corografia histórica da Província de Goiás* é um resultado deste esforço. Outro produto é um conjunto significativo de listas nominativas de habitantes, solicitadas aos diversos distritos goianos e com claras finalidades militares. O objetivo de servir ao recrutamento militar em uma época conturbada do país certamente dificultou a confecção das listas, e tornam seus resultados merecedores de cuidados. Todavia, a importância de que se revestem como fonte de informações detalhadas sobre os goianos da época justificam seu uso.¹³

Tais listas apresentam os habitantes livres de cada distrito organizados por domicílios, contendo o nome (de onde se pode extrair a informação sobre o sexo), a idade, a cor, o estado conjugal e a relação entre os membros dos domicílios (esposas, filhos etc.). Além disso, há a declaração da ocupação dos chefes de domicílios ou, para os homens adultos, a identificação do posto ocupado na Companhia de Ordenanças (organismo militar de

¹² Sobre as expedições de Cunha Mattos pelo território goiano com a finalidade de consolidar o poder imperial, ver MOREYRA, S. P., op. cit., 278-82.

¹³ Para uma análise das condições de produção dos recenseamentos brasileiros da época, veja-se: BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), USP, 1998, esp. Parte I.

caráter voluntário, antecessor da Guarda Nacional) do distrito. Para cada domicílio, tem-se ainda a informação do número de escravos segundo seus sexos.¹⁴

As localidades selecionadas

As listas nominativas de habitantes da década de 1820 que se preservaram abarcam 14 localidades. Ao que parece, elas cobrem apenas os núcleos urbanos e vizinhanças, tendo, portanto, abrangência menor que suas similares encontradas para São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Dentre as várias localidades disponíveis, selecionei quatro delas em função da qualidade da lista e de uma certa dispersão geográfica: Meia Ponte, Cavalcante, Porto Real e Amaro Leite. Meia Ponte localizava-se no centro-sul, no caminho para São Paulo. Cavalcante e Porto Real estavam no “verdadeiro norte da capitania”, entre o Rio Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia, região na sua maior parte áspera e árida, com povoações dispersas. Amaro Leite era um arraial isolado nas matas da região do Araguaia.¹⁵

A *Corografia histórica da Província de Goiás*, como disse acima, traz informações sobre os arraiais no momento em que as listas foram preparadas. Meia Ponte era cabeça de Julgado,¹⁶ com 307 casas; fundado em 1731 por Manoel Rodrigues Tomaz; “vai perdendo seu esplendor, depois que por motivo das ruínas das pontes dos rios Uru e Almas, deixaram de passar por aqui os comboios de Cuiabá e os negociantes da cidade de Goiás”. Quanto

¹⁴ Estas listas encontram-se conservadas no Arquivo Histórico Estadual, em Goiânia (GO): Livro 68, Correspondência dirigida ao Comandante das Armas Raymundo José da Cunha Mattos.

¹⁵ Esta distribuição das localidades pelo território da província de Goiás segue: PALACÍN, Luis, MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. 5. ed., Goiânia: Editora da UCG, 1989, p. 11.

¹⁶ O Julgado era uma instância judiciária imediatamente inferior à comarca, embora independente, contando com magistrados residentes. Típicas do século XVIII, desapareceram da organização jurídica brasileira ao longo do século XIX.

às suas atividades econômicas, “os seus habitantes principiam a desenvolver alguma indústria fabril; tecem muito algodão grosseiro, cultivam algum trigo, café, algodão, milho e outros gêneros; criam algum gado cerdal e vacuum e extraem pouco ouro nos rios do Peixe e Almas”.¹⁷

Cavalcante, também cabeça de Julgado, com fundação data-da de 1740, contava com 107 casas, pela maior parte humildes. Teve casa de fundição e estava situado “em terreno plano, rico de ouro, abundante de água, falta de pastos e de mantimentos de todas as qualidades”. Como peculiaridade, assinala-se que “é o mais povoado de gente branca em toda a comarca”.¹⁸

Porto Real, fundado em 1810, era à época a cabeça do Julgado até então sediado no Arraial do Carmo, mas continuava pertencendo à freguesia do Carmo. Possuía 47 casas pequenas e deixou a seguinte impressão em Cunha Mattos: “tudo neste aprazível arraial é novo; pode ser o empório de todas as riquezas do centro do Brasil, e tem um excelente terreno para levantar uma cidade mais extensa do que qualquer das mais famosas do universo”.¹⁹

Amaro Leite era subordinado ao Julgado do Arraial de Traíras. Possuía, na década de 1820, 36 casas de telhas e 4 de capim. Dos mais antigos da província, segundo Cunha Mattos “o seu distrito é muito bom para criar gado de todas as qualidades”.²⁰

Alguns anos antes, o naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl passara por algumas destas localidades, das quais deixara relatos mais vívidos.²¹ Chegando em Meia Ponte em janeiro de 1819 vindo de Minas Gerais, descreve-nos o seguinte cenário daquela que era a segunda maior e mais povoada localidade da Capitania de Goiás:

¹⁷ MATTOS, R. J. da C. *Corografia histórica da Província de Goiás*. op. cit., p. 34.

¹⁸ *Ibidem*, p. 121.

¹⁹ *Ibidem*, p. 128.

²⁰ *Ibidem*, p. 119.

²¹ Sobre este e outros viajantes estrangeiros que percorreram Goiás na primeira metade do século XIX, ver DOLES, Dalísia E. M., NUNES, Heliane P., *Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus*. *Ciências Humanas em Revista: História*, Goiânia, 3(1/2): 71-118, jan./dez. 1992.

A cidade fica entre serras derivadas dos Montes Pirineus e duas colinas banhadas pelo Rio das Almas, que deságua, bem abaixo, no Rio Maranhão. A sua maior parte ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, exteriormente insignificante, porém espaçosa. A parte menor, que fica na colina oriental e termina na Igreja de Nossa Senhora do Bonfim, é atravessada por um riacho. Existem ainda no lugar várias igrejas, todas diminutas e um hospício dos Franciscanos do Santo Sepulcro de Jerusalém, habitado por um frade, que arrecada nesta Capitania muitas esmolas piedosas para esta casa de caridade. Há longo tempo, porém, esta residência foi trocada pela de Traíras. Todas as ruas são retas e têm até passeios de xisto quartzífero. Das três ruas principais, uma é calçada. As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caiadas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por pano de linho esticado. A cadeia é o único edifício assobradado.²²

Segundo este naturalista, os habitantes eram em sua maioria “nativos ou crioulos de raça mestiça e mulatos pobres”, embora houvesse muitos brancos.²³ Sobre suas atividades econômicas, relata:

Os habitantes viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de experimentados cultivadores de milho, mandioca, fumo, cana-de-açúcar, café e algodão (de que aqui também fazem chapéus). Plantam também trigo, que produz bem. Além disso, fazem considerável comércio, favorecido pela situação da cidade no ponto de junção das estradas que conduzem a Goiás, Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.²⁴

Depois de percorrer toda a região central de Goiás, este viajante iniciou sua viagem ao norte da província em abril de 1819, atingindo Porto Real em princípios de agosto. Segundo ele:

²² POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976, p. 116.

²³ *Ibidem*, p. 116.

²⁴ *Ibidem*, p. 117.

O Arraial de Porto Real é uma das povoações mais novas do Brasil. Fica numa eminência, à margem do Maranhão, de onde se descortina um belo panorama sobre o rio. (...) O número de casas sobre a umas trinta, mas poucas são cobertas de telhas, sendo a maioria coberta de palha de palmeira. Entre as melhores casas estão a que eu tomei (foi construída às custas do Governo para o Juiz Inês e nela se acha também a cadeia) e a casa do comandante. A igreja é recém-construída, porém pequena. O vigário reside habitualmente no Arraial do Carmo e vem dizer missa aqui, três ou quatro vezes por ano, durante as grandes festas religiosas.²⁵

Sobre a economia local, diz:

vivem os habitantes deste lugar e de todo o distrito da cultura de algodão, fumo e mandioca, cujas plantações ao longo das férteis margens do Maranhão são extraordinariamente produtivas, mas acham-se expostas às devastações e ataques dos índios. O algodão, de superior qualidade, é preferido a qualquer outro. Cultiva-se também a cana-de-açúcar, da qual se preparam rapaduras e cachaças. Não de faz criação de porcos por falta de milho, mas criam-se bois. Os víveres custam caro. O vizinho Rio Maranhão oferece peixe copiosamente.²⁶

Saindo de Porto Real em finais de agosto após excursionar pelo Rio Tocantins, Pohl percorreu uma série de arraiais do leste goiano, chegando a Cavalcante em princípios de outubro. Segundo o naturalista austríaco:

O Arraial de Cavalcante tira o seu nome dos índios que outrora habitaram esta região, hoje totalmente extintos. (...) enquadra-se ente as pequenas povoações, se bem que seja uma das melhores de Goiás; tem aspecto alegre e fica numa região amena, rodeada por montanhas, na Serra de São Pedro, outrora aurífera. As ruas são retas e regulares. As casas são térreas, mas rebocadas de argamassa e caiadas. Os tetos são cobertos de telha cozida. Os

²⁵ POHL, Johann Emanuel, op. cit., p. 228.

²⁶ Ibidem, p. 229.

terrenos cercados diante das casas são plantados com pés de café, bananeiras e laranjeiras. Infelizmente, é visível a crescente pobreza nas casas que começam a arruinar-se. Por ter cessado a extração de metal, foi extinta a Casa de Fundição, que tinha sido antes transferida de São Félix para cá. Três igrejas testemunham igualmente a antiga abundância dos habitantes. Mas há já alguns anos os ricos abandonaram o lugar e mudaram-se para outras paragens, principalmente porque desde muitos anos não se extrai mais ouro, seja por causa da profundidade em que se acha o metal, seja devido à falta de negros.²⁷

Depois de deplorar a preguiça dos habitantes do lugar, diz:

A criação de gado é pequena. Maior destaque tem a cultura da mandioca, do milho, do algodão e do café. Nas encostas, cultivava-se tanto trigo, que poderia dar farinha para toda a Capitania, pois os habitantes só o consomem como artigo de luxo; para as necessidades habituais se contentam com a farinha de mandioca e de milho.²⁸

Saindo de Cavalcante, Johann Emanuel Pohl retornou à região central da Capitania de Goiás, recolhendo-se em Vila Boa devido às chuvas torrenciais do verão. Apenas em abril pode partir para o sul da Capitania, seguindo dali para Minas Gerais, onde entrou em princípios de junho de 1820 seguindo em direção a Paracatu e à Real Mina de Galena do Abaeté. Permanecendo em Goiás por cerca de um ano e meio, Pohl foi, talvez, o viajante estrangeiro que percorreu a maior extensão do território goiano. Entretanto, passou ao largo de Amaro Leite, a nossa quarta localidade em estudo. Embora não tenhamos, com isto, um relato sobre este arraial, a sua ausência revela quão afastado encontrava-se das rotas principais de comércio e como a sua população devia sofrer com este isolamento.²⁹

²⁷ POHL, Johann Emanuel, op. cit., p. 281.

²⁸ Ibidem, p. 281.

²⁹ Nenhum dos 6 viajantes cujos relatos foram estudados em DOLES, Dalísia E. M., NUNES, Heliane P., op. cit., passou por Amaro Leite, reforçando ainda mais a convicção acerca do seu isolamento.

As informações que nos deixaram Cunha Matos e Johann Emanuel Pohl mostram que os arraiais aqui estudados compõem um ótimo painel da vida goiana no período em tela. Além da dispersão geográfica que apresentam, poderemos observar: um arraial próspero para os padrões goianos (Meia Ponte); um arraial antigo sofrendo com a decadência da mineração (Cavalcante); um núcleo de povoamento recente fundado por razões estratégicas e afastado das atividades mineradoras (Porto Real); e uma localidade originada na mineração, mas totalmente alijada dos novos rumos que a economia goiana conhecia em função do seu isolamento geográfico (Amaro Leite).

As evidências demográficas

Tendo em mente a situação destes arraiais, passemos agora às evidências demográficas obtidas a partir das listas nominativas de habitantes. Para Meia Ponte, foram listados 486 habitantes distribuídos em 50 domicílios, com uma média de 9,72 pessoas por domicílio. Em Cavalcante, seus 156 habitantes residiam em 50 domicílios, apresentando uma média de 3,12 pessoas por domicílio. Em Porto Real, a média era de 3,83 pessoas por domicílio, já que havia 463 moradores em 121 domicílios. Amaro Leite, por sua vez, apresentava 850 habitantes morando em 134 domicílios, com uma média de 6,34 pessoas por domicílio. É importante salientar que o total de habitantes pode não refletir a população total de cada arraial ou distrito, pois não se sabe a abrangência exata destas listas nominativas. De todo modo, fica evidente a maior dimensão dos domicílios de Meia Ponte, especialmente quando comparados aos de Cavalcante e Porto Real.

Quando observamos o peso da população escrava na população total, novamente o destaque é Meia Ponte, com 23% de cativos. As demais localidades apresentam participações bastante inferiores: 14,2% em Cavalcante, 13,8% em Porto Real e apenas 12,1% em Amaro Leite. Tomando-se a presença de escravos como uma *proxy* da riqueza, confirma-se o espectro descri-

to anteriormente, com a riqueza diminuindo do sul para o norte da Província. A razão de sexos aproxima-se de 100, à exceção de Cavalcante, aonde chega a 60. Este amplo predomínio de mulheres pode estar refletindo a saída de homens desta localidade, o que, aliás, coincide com o quadro de abandono testemunhado por Pohl quando passou por ali em 1819. Reforça esta conclusão a maior presença de velhos (acima de 50 anos) e a menor participação de crianças (menos de 15 anos) na população desta localidade, em comparação com as outras. Entre os cativos, as razões de sexos oscilam entre 124 (Amaro Leite) e 166 (Porto Real), com a discrepância recaindo, novamente, sobre Cavalcante (razão de sexos igual a 100). Como argumentei acima, o equilíbrio de sexos entre escravos pode ser interpretado como uma ausência de tráfico, o que é mais uma evidência da pequena capacidade da economia local em gerar os excedentes necessários para participar dos circuitos mercantis. Por outro lado, coincide com o relato de Pohl, quando passou por Cavalcante, acerca da falta de cativos para os trabalhos de mineração. (Tabelas 4, 5, 6 e 7).

Tabela 4: População por faixas etárias, sexo e condição social, Meia Ponte, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	84	22,5	65	17,4				
15-49	82	21,9	101	27,0				
50 +	18	4,8	23	6,1				
S. Inf.	1	0,3						
Total	185	49,5	189	50,5	65	58,0	47	42,0
			374				112	
Razão de Sexos:			98				138	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 5: População por faixas etárias, sexo e condição social, Cavalcante, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	16	11,9	22	16,4				
15-49	23	17,2	41	30,6				
50 +	12	9,0	19	14,2				
S. Inf.			1	0,7				
Total	51	38,1	83	61,9	11	50,0	11	50,0
			134				22	
Razão de Sexos:			61				100	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 6: População por faixas etárias, sexo e condição social, Porto Real, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	70	17,5	57	14,3				
15-49	95	23,8	111	27,8				
50 +	37	9,3	29	7,3				
S. Inf.								
Total	202	50,6	197	49,4	40	62,5	24	37,5
			399				64	
Razão de Sexos:			103				167	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 7: População por faixas etárias, sexo e condição social, Amaro Leite, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	134	17,9	127	17,0				
15-49	167	22,4	174	23,3				
50 +	62	8,3	61	8,2				
S. Inf.	14	1,9	8	1,1				
Total	377	50,5	370	49,5	57	55,3	46	44,7
			747				103	
Razão de Sexos:			102				124	

Fonte: AHE, Livro 68.

Quando se observa a distribuição da população por idade, sexo e condição social, segundo o sexo dos chefes dos domicílios, podemos observar como homens e mulheres chefiavam domicílios com características distintas. De modo geral, os homens chefiavam domicílios com maior presença masculina ou com equilíbrio entre sexos (Tabelas 8, 9, 10 e 11). As mulheres, por sua vez, estavam à frente de domicílios com maior presença feminina ou com equilíbrio entre sexos (Tabelas 12, 13, 14 e 15). Em ambos os casos, a situação de equilíbrio ocorria em Meia Ponte, e em Cavalcante havia o maior predomínio de homens em domicílios de chefia masculina ou de mulheres em domicílios de chefia feminina. Isto reforça, a meu ver, a impressão de que, de fato, Cavalcante passava por uma situação maior de desorganização em seus domicílios.

Tabela 8: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por homens, Meia Ponte, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	50	20,4	47	19,2				
15-49	59	24,1	63	25,7				
50 +	13	5,3	12	4,9				
S. Inf.	1	0,4						
Total	123	50,2	122	49,8	58	58,6	41	41,4
			245				99	
Razão de Sexos:			101				141	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 9: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por homens, Cavalcante, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	7	16,7	6	14,3				
15-49	12	28,6	8	19,0				
50 +	9	21,4	0	0,0				
S. Inf.			1	2,4				
Total	28	66,7	14	33,3	8	47,1	9	52,9
			42				17	
Razão de Sexos:			200				89	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 10: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por homens, Porto Real, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	50	17,6	42	14,8				
15-49	77	27,1	66	23,2				
50 +	37	13,0	12	4,2				
S. Inf.								
Total	164	57,7	120	42,3	34	64,2	19	35,8
			284				53	
Razão de Sexos:			137				179	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 11: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por homens, Amaro Leite, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	106	18,7	95	16,8				
15-49	145	25,6	127	22,4				
50 +	58	10,2	36	6,3				
S. Inf.	13	2,3	8	1,4				
Total	309	54,5	258	45,5	35	50,7	34	49,3
			567				69	
Razão de Sexos:			120				103	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 12: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por mulheres, Meia Ponte, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	34	26,4	18	14,0				
15-49	23	17,8	38	29,5				
50 +	5	3,9	11	8,5				
S. Inf.								
Total	62	48,1	67	51,9	7	53,8	6	46,2
			129				13	
Razão de Sexos:			93				117	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 13: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por mulheres, Cavalcante, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	9	9,9	16	17,6				
15-49	11	12,1	33	36,3				
50 +	3	3,3	19	20,9				
S. Inf.								
Total	23	25,3	68	74,7	3	60,0	2	40,0
			91				5	
Razão de Sexos:			34				150	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 14: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por mulheres, Porto Real, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	20	15,5	15	11,6				
15-49	18	14,0	45	34,9				
50 +	0	0,0	17	13,2				
S. Inf.								
Total	38	33,0	77	67,0	6	54,5	5	45,5
			115				11	
Razão de Sexos:			49				120	

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 15: População por faixas etárias, sexo e condição social, em domicílios chefiados por mulheres, Amaro Leite, 1823.

Faixas Etárias	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0-14	28	21,7	32	24,8				
15-49	22	17,1	47	36,4				
50 +	4	3,1	25	19,4				
S. Inf.	1	0,8						
Total	54	34,2	104	65,8	22	64,7	12	35,3
			158				34	
Razão de Sexos:			52				183	

Fonte: AHE, Livro 68.

Como eram estes domicílios chefiados por mulheres? Em Meia Ponte, 34% dos livres e 12% dos cativos viviam em domicílios desta natureza, enquanto em Cavalcante estes valores passavam para 68% dos livres e 23% dos cativos. Nas demais localidades, os valores eram: 29% dos livres e 17% dos cativos em Porto Re-

al e 21% dos livres e 35% dos cativos em Amaro Leite. As mulheres chefiavam menos de um terço dos domicílios de Meia Ponte, Porto Real e Amaro Leite, enquanto em Cavalcante elas estavam à frente de 68% deles.

As mulheres que chefiavam domicílios eram, sobretudo, solteiras. (Tabelas 16 e 17). Em Cavalcante, as mulheres que nunca haviam se casado (ao menos formalmente) chefiavam 68% do total de domicílios, enquanto em Porto Real este índice excedia os 30%. Era o caso, por exemplo, de Maria Faustina, costureira de 20 anos que morava em Cavalcante com seus três filhos pequenos; ou de Maria dos Santos, taberneira em Porto Real que morava com seu filho Rufo dos Santos, de 11 anos. Nestas duas localidades, não havia viúvas nesta situação, embora houvesse um pequeno percentual de mulheres casadas à frente de seus domicílios: 2% em Cavalcante e 0,8% em Porto Real. Era o que se podia observar no caso de Maximiana Vieira, moradora de Cavalcante, de 78 anos de idade, casada, sem ocupação, que dividia seu domicílio apenas com o ferreiro Florêncio Batista, de 18 anos.

Tabela 16: Estado conjugal dos chefes de domicílio, valores absolutos, diversos distritos, 1823.

Estado Conjugal	Meia Ponte		Cavalcante		Porto Real		Amaro Leite	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Solteiros	8	7	7	33	25	37	12	21
Casados	26	2	9	1	58	1	68	1
Viúvos	1	5	0	0	0	0	14	18
S. Inf.	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	36	14	16	34	83	38	94	40
		50		50		121		134

Fonte: AHE, Livro 68.

Tabela 17: Estado conjugal dos chefes de domicílio, valores relativos, diversos distritos, 1823.

Estado Conjugal	Meia Ponte		Cavalcante		Porto Real		Amaro Leite	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Solteiros	16,0	14,0	14,0	66,0	20,7	30,6	9,0	15,7
Casados	52,0	4,0	18,0	2,0	47,9	0,8	50,7	0,7
Viúvos	2,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,4	13,4
S. Inf.	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	72,0	28,0	32,0	68,0	68,6	31,4	70,1	29,9

Fonte: AHE, Livro 68.

Em contraposição, Meia Ponte e Amaro Leite apresentavam um percentual elevado de chefes viúvas (respectivamente 10,0% e 13,4% do total de domicílios), uma presença significativa de chefes casadas (respectivamente 4,0% e 0,7% do total de domicílios, ou cerca de metade dos domicílios chefiados por mulheres) e uma presença bem menor de chefes solteiras se comparadas a Cavalcante e Porto Real (respectivamente 14,0% e 15,7% do total de domicílios). O ponto a que quero chegar é que Cavalcante e Porto Real tinham os maiores índices de domicílios chefiados por mulheres, ao mesmo tempo em que apresentavam percentuais muito elevados de mulheres solteiras à frente de seus domicílios e uma total ausência de viúvas nesta condição. Enquanto isso, em Meia Ponte e em Amaro Leite as solteiras e as viúvas apresentam índices similares de chefias de domicílios. Estes padrões diferenciados mostram a situação peculiar vivida por Cavalcante, mas também em menor medida por Porto Real. Tomando-se o casamento como ideal buscado por esta sociedade, a forte presença, nestas localidades, de mulheres solteiras chefiando domicílios, em geral mais pobres (caso se tome a posse de cativos como indicador de riqueza), revela uma precarização das condições de vida de segmentos expressivos da população.

Deve-se chamar a atenção para a presença de casadas chefiando domicílios. Em geral, seus maridos não estavam presentes, o que pode indicar duas situações. De um lado, podemos estar diante de uma simples sonegação de informações, pois a finalidade militar do arrolamento da população poderia estimular as mulheres a omitirem a presença do marido. Entretanto, como os chamados arrimos de família (homens que mostravam ser os responsáveis pelo sustento do domicílio) estavam imunes ao serviço militar, esta suposição fica enfraquecida. Por outro lado, estas podem ser mulheres de tropeiros e/ou negociantes, que em função das suas atividades poderiam de fato se ausentar do domicílio por longos períodos. Esta suposição é especialmente significativa para localidades como Meia Ponte e Porto Real, entrepostos comerciais que, de fato, tinham mulheres casadas à testa de seus domicílios. Finalmente, outra hipótese diz respeito ao abandono puro e simples do domicílio pelo marido, estimulado pela penúria econômica que algumas localidades poderiam estar vivendo. É o caso, por exemplo, de Cavalcante e Amaro Leite. Entretanto, são especulações que carecem de outras evidências para se confirmarem.

Voltando à consideração de que a presença de escravos pode ser um indicador da riqueza do domicílio, podemos aprofundar nossos conhecimentos acerca daqueles encabeçados por mulheres observando o padrão de distribuição dos cativos. Antes de mais nada, é importante perceber que havia uma tendência muito maior dos domicílios chefiados por homens terem cativos do que aqueles chefiados por mulheres. Tomando-se o conjunto dos arraiais estudados, entre 75% e 80% dos domicílios chefiados por homens não possuíam escravos, enquanto entre os domicílios femininos estes valores eram sempre maiores: de 82% a 94% (Tabela 18). Por outro lado, as mulheres eram proprietárias de parcelas infinitamente menores no total de cativos de cada arraial. Estes valores iam de 11% em Meia Ponte a 17% em Porto Real e 22% em Cavalcante, e apenas em Amaro Leite ele era mais significativo, chegando a 35%.

Tabela 18: Domicílios sem escravos segundo o sexo do chefe, diversos distritos, 1823.

Localidades	Chefia de Homens					Chefia de Mulheres				
	sem escravos		com escravos		Total	sem escravos		com escravos		Total
	N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
Meia Ponte	29	80,6	7	19,4	36	13	92,9	1	7,1	14
Cavalcante	12	75,0	4	25,0	16	30	88,2	4	11,8	34
Porto Real	64	77,1	19	22,9	83	36	94,7	2	5,3	38
Amaro Leite	75	79,8	19	20,2	94	33	82,5	7	17,5	40

Fonte: AHE, Livro 68.

Para observar os proprietários de escravos, dividi os domicílios em faixas de tamanho segundo a propriedade de escravos. Defini três faixas de tamanho de plantel: os pequenos escravistas (posses de 1 a 10 cativos), os médios escravistas (posses de 11 a 20 cativos) e os grandes escravistas (mais de 20 cativos). Observemos cada distrito separadamente. Em Meia Ponte, a maior parte dos escravos encontrava-se em plantéis de médio e grande porte chefiados por homens (Tabela 19). Era nesta localidade que vivia o maior proprietário de escravos dentre todas as listas investigadas: o Vigário Manoel da Silva Alves, que possuía 65 cativos e vivia com outras nove pessoas em seu domicílio. Havia apenas uma mulher chefiando escravos: tratava-se de Maria Tereza, viúva de 44 anos, dona de fazenda de gado, cujo domicílio contava com 13 cativos e com outras 32 pessoas livres. Este era certamente o caso de uma mulher que, por falecimento do seu marido, assumiu os negócios da família.

Tabela 19: População escrava por tamanho do plantel e chefia do domicílio, Meia Ponte, 1823.

Plantel	Chefia de Homens				Chefia de Mulheres			
	Domicílios		Escravos		Domicílios		Escravos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	2	25,0	2	1,8	0	0,0	0	0,0
1-10	5	62,5	20	17,9	0	0,0	0	0,0
11-19	1	12,5	14	12,5	1	12,5	13	11,6
20 +	1	12,5	65	58,0	0	0,0	0	0,0
Total	7	87,5	99	88,4	1	12,5	13	11,6
					8		112	

Fonte: AHE, Livro 68.

Em Cavalcante, havia apenas pequenos escravistas, com a maior parte dos escravos de propriedade de domicílios masculinos. Pode-se afirmar que as mulheres detinham, sobretudo, plantéis de porte muito pequeno (1 e 2 cativos) (Tabela 20). Era o que ocorria com D. Maria Antônia Guedes, tecelã de 43 anos que estava à testa de um domicílio com dois escravos, mas que incluía também seus cinco filhos adultos e outras três pessoas livres.

Tabela 20: População escrava por tamanho do plantel e chefia do domicílio, Cavalcante, 1823.

Plantel	Chefia de Homens				Chefia de Mulheres			
	Domicílios		Escravos		Domicílios		Escravos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	1	12,5	1	4,5	3	37,5	3	13,6
1-10	4	50,0	17	77,3	4	50,0	5	22,7
11-19	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
20 +	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	4	50,0	17	77,3	4	50,0	5	22,7
					8		22	

Fonte: AHE, Livro 68.

Em Porto Real, os homens chefiavam a maior parte dos cativos, em plantéis de pequeno porte (Tabela 21). Apenas duas mulheres detinham plantéis de escravos. Um deles pertencia a D. Maria da Silva Ferreira, lavradora solteira de 46 anos, que vivia com seus quatro jovens filhos e dez cativos, dos quais cinco eram mulheres. Escolástica Maria da Penha, por sua vez, era uma senhora de 90 anos, solteira, que vivia apenas com uma escrava em seu domicílio.

Tabela 21: População escrava por tamanho do plantel e chefia do domicílio, Porto Real, 1823.

Plantel	Chefia de Homens				Chefia de Mulheres			
	Domicílios		Escravos		Domicílios		Escravos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	8	38,1	8	12,5	1	4,8	1	1,6
1-10	18	85,7	42	65,6	2	9,5	11	17,2
11-19	1	4,8	11	17,2	0	0,0	0	0,0
20 +	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	19	90,5	53	82,8	2	9,5	11	17,2
					21		64	

Fonte: AHE, Livro 68.

Em Amaro Leite, as mulheres chefiavam uma parcela maior de cativos (35% do total), mas os homens detinham os maiores plantéis. (Tabela 22). Um bom exemplo do padrão de propriedade de cativos nesta localidade seria o domicílio de Maria de Freitas, uma viúva de 49 anos que morava com seus sete filhos (o mais velho com 25 anos) e três escravos.

Tabela 22: População escrava por tamanho do plantel e chefia do domicílio, Amaro Leite, 1823.

Plantel	Chefia de Homens				Chefia de Mulheres			
	Domicílios		Escravos		Domicílios		Escravos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	9	34,6	9	9,3	0	0,0	0	0,0
1-10	18	69,2	52	53,6	7	26,9	34	35,1
11-19	1	3,8	11	11,3	0	0,0	0	0,0
20 +	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	19	73,1	63	64,9	7	26,9	34	35,1
					26		97	

Fonte: AHE, Livro 68.

De modo geral, portanto, é possível afirmar que os domicílios chefiados por mulheres tendem a ter menos escravos, quando os têm.

Considerações Finais

Sintetizando as observações feitas, pode-se dizer que nas quatro localidades, embora predominassem os domicílios chefiados por homens (à exceção de Cavalcante) havia uma presença significativa de mulheres chefiando domicílios, em geral com forte perfil feminino. Por outro lado, estes domicílios apresentam uma maior precariedade, demonstrada pela menor presença de cativos, posse (quando ocorre) de plantéis de menor porte e estado civil predominantemente de solteiras, com algumas viúvas e, de modo mais raro, casadas (com o marido ausente). A acentuação de alguns destes traços no distrito de Cavalcante (que parece ter uma economia menos dinâmica) reforça a visão sobre a precariedade dos domicílios femininos no passado brasileiro. À exceção de alguns casos excepcionais ou daquelas mulheres que,

ao se tornarem viúvas, assumiram os negócios da família, a ascensão da mulher à chefia do domicílio tendia a coincidir com sua maior marginalização. Tais achados corroboram a visão presente na historiografia sobre as mulheres de que havia uma presença ativa das mulheres na sociedade, embora se reconheça uma maior precariedade da vida destas mulheres alçadas à chefia de domicílios.³⁰

Por outro lado, o caso de Meia Ponte inspira algumas considerações suplementares. A observação desta localidade, considerada a segunda em importância na Capitania/Província e entreposto comercial de relevo na rota para as regiões mais meridionais, agrega evidências de que o meio urbano mais desenvolvido aumentaria as possibilidades para as mulheres. Não é à toa que neste local encontram-se as maiores presenças de casadas e viúvas chefiando domicílios (as casadas, provavelmente, à frente dos negócios do marido temporariamente ausente), o equilíbrio de sexos nos domicílios chefiados por mulheres e as mulheres chefiando plantéis escravos de maior porte. Certamente um maior conhecimento desta localidade e também de Vila Boa, a capital da Capitania/Província, descortinará maiores detalhes e trará novas descobertas sobre as famílias goianas.

³⁰ A este respeito, ver DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; e, SAMARA, E. de M. *As mulheres, o poder e a família*, op. cit.